

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

(Organizadores)



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

(Organizadores)



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina

 **Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação: avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0640-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.402221010>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo asseverados ataques nos últimos anos. O cenário político de descuido e destrato com as questões educacionais, reverberado de um processo histórico, também vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência.

Este livro, intitulado **“Educação: Avaliação e políticas públicas no Brasil e na América Latina”**, da forma como se organiza, assume um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os diferentes sujeitos que fazem parte dos movimentos educacionais.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de espaços de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade acadêmica, escolar e toda a sociedade. Portanto, os inúmeros capítulos que compõem esta obra tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que os entrecruzam.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares as diversas problemáticas que os movem. O ato de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobiliza-se também os/as leitores/as, os/as incentivando a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a Educação. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma provocativa, lúdica e engajada leitura!

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Celso Eduardo Pereira Ramos
Manoel Adir Kischener
Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210101>

CAPÍTULO 2..... 12

A TRAMITAÇÃO DA LEI “DARCY RIBEIRO” E INFLUÊNCIA DAS DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA A AMÉRICA LATINA

Suzana Pinguello Morgado
Vanessa Freitag de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210102>

CAPÍTULO 3..... 27

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COM IMIGRANTES ADULTOS: ENSINO, ACOLHIMENTO E SOLIDARIEDADE DE CLASSES

Ana Paula Santana de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210103>

CAPÍTULO 4..... 38

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL ALINHADA À BNCC: IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE

Verediana Fernandes Sobradriel Fim
Lilian Fávoro Alegrâncio Iwasse
Viviane da Silva Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210104>

CAPÍTULO 5..... 54

AFETAR O OUTRO SENSIVELMENTE

Kássia Silva de Freitas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210105>

CAPÍTULO 6..... 63

COMPARTILHAR CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA GESTÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Renata Cervinhani
Arthur Guaberto Bacelar Urpia
Letícia Fleig Dal Forno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210106>

CAPÍTULO 7	77
FORMAÇÃO DOCENTE: O CURRÍCULO COM PROJETOS, TÁTICAS E LAÇOS PARA A CRIAÇÃO DE ‘CONHECIMENTOSSIGNIFICAÇÕES’	
Andrea de Farias Castro	
Maria do Carmo de Moraes Mata Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210107	
CAPÍTULO 8	82
IMPORTÂNCIA E LIMITES DOS CONSELHOS DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO – CACS	
Daniel Marques de Freitas	
Elias Canuto Brandão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210108	
CAPÍTULO 9	93
ESCUA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO EM SERVIÇO: DESAFIOS DOCENTES E A EDUCAÇÃO EM PRISÕES NO AMAZONAS	
Emerson Sandro Silva Saraiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4022210109	
CAPÍTULO 10	112
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CONTEMPORANEIDADE	
Maria Ilda de Ornelas Velosa Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101010	
CAPÍTULO 11	123
DIFICULDADES NA EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PIBID EM TEMPOS DE PANDEMIA: RELATOS DO SUPERVISOR, DE PROFESSORES E PIBIDIANOS	
Joel Ramos da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101011	
CAPÍTULO 12	129
POLÍTICA EDUCACIONAL E A PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Mauro Antonio de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101012	
CAPÍTULO 13	138
SOCIEDADE CIVIL ATIVA E NOVAS SOCIABILIDADES DO CAPITAL: AS FORMULAÇÕES DO IBP E O PROGRAMA PETROBRAS SOCIOAMBIENTAL NO ENTORNO DA REDUC	
Marcio Douglas Floriano	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101013	
CAPÍTULO 14	151
ESTUDO HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE	

SURDOS E SUA EFETIVIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Ana Beatriz Oliveira da Silva
Iago Quinto Brandão
Lucas dos Santos da Silva
Kelly Rodrigues Barbosa
Sheyla de Nazaré da Silva Chaves
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101014>

CAPÍTULO 15..... 168

PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aldaci Lopes
Ana Cabanas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101015>

CAPÍTULO 16..... 181

TEORIA POSITIVISTA-FUNCIONALISTA E EDUCAÇÃO: PENSANDO OS DESAFIOS EDUCACIONAIS PARA O SÉCULO XXI

Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Celso Eduardo Pereira Ramos
Manoel Adir Kischener
Mariza Rotta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101016>

CAPÍTULO 17..... 189

UM ESTUDO DO APROVEITAMENTO DE VAGAS E TAXA DE CONCLUINTES EM CURSOS A DISTÂNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO VINCULADA AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Renata Patrícia Lima Jeronymo Moreira Pinto
Antonio Marcos Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101017>

CAPÍTULO 18..... 201

A INSERÇÃO E EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA

Danielly da Silva Francisco
Rudson Carlos da Silva Jovano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101018>

CAPÍTULO 19..... 208

OS MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA PARA A CONFIGURAÇÃO DE REPORTAGENS, SOBRE AS PROFISSÕES DO LUGAR, ESCRITAS POR ALUNOS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Quitéria da Silva
Adna de Almeida Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101019>

CAPÍTULO 20.....226

ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Laurena Brandão de Oliveira e Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101020>

CAPÍTULO 21.....233

A EFETIVAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DA EDUCAÇÃO VIRTUAL

Eulália Cristina Ferreira Barros

Cassiana Fagundes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101021>

CAPÍTULO 22.....243

DINAMIZANDO AS AULAS DE MATEMÁTICA E GEOMETRIA COM O AUXÍLIO DO SOFTWARE GEOGEBRA

Lidiane Ferreira Nunes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101022>

CAPÍTULO 23.....249

TEORIA E PRÁTICA NA VISÃO DE PROFESSORAS QUE ENSINAM MATEMÁTICA NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DO PNAIC

Daniela Guse

Lidnei Ventura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101023>

CAPÍTULO 24.....262

SER ALUNO E PACIENTE: UM NOVO OLHAR SOBRE O ACESSO PEDAGÓGICO HOSPITALAR

Amanda Flores Scremin

Jane Schumacher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101024>

CAPÍTULO 25.....274

INSPETOR ESCOLAR – FUNÇÃO ESQUECIDA

Adelcio Machado dos Santos

Rita Marcia Twardowski

Audete Alves dos Santos Caetano

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.40222101025>

SOBRE OS ORGANIZADORES281

ÍNDICE REMISSIVO.....282

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL COM IMIGRANTES ADULTOS: ENSINO, ACOLHIMENTO E SOLIDARIEDADE DE CLASSES

Data de aceite: 03/10/2022

Ana Paula Santana de Souza

Mestre em educação pela Faculdade de Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – PPGE-UEMG, graduada em pedagogia e especialista em psicopedagoga. Pesquisadora do ILAESE – Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos

RESUMO: O presente artigo analisa as formas de acolhida aos imigrantes promovida por movimentos sociais, diante do crescente fluxo migratório para o Brasil na última década. Partindo do panorama de migrações contemporâneas e das condições de vida e trabalho de imigrantes no Brasil, contextualizamos esse fenômeno, bem como os conflitos e tensões enfrentados pelos sujeitos que migram em busca de subsistência. No período delimitado, mais de um milhão de trabalhadores saíram de suas terras e vieram para o Brasil em busca de condições de sobrevivência, fugindo de recessões econômicas, conflitos políticos por territórios ou mesmo catástrofes naturais. Diante deste expressivo fluxo migratório há debilidades de políticas públicas para promover acolhida, condições vida e trabalho. Neste sentido, localizamos a atuação de movimentos sociais na luta por garantir inserção social e direitos básicos, bem como a promoção de relações interculturais que se fazem necessárias no combate ao racismo e xenofobia. A educação não formal, com o ensino da língua portuguesa e de direitos, aparece como

um importante instrumento de acolhimento.

PALAVRAS-CHAVE: Migração contemporânea; Educação não formal, Práticas educativas.

ABSTRACT: This article analyzes the ways of welcoming immigrants promoted by social movements, given the growing migratory flow to Brazil in the last decade. Starting from the panorama of contemporary migrations and the living and working conditions of immigrants in Brazil, we contextualize this phenomenon, as well as the conflicts and tensions faced by subjects who migrate in search of subsistence. In the delimited period, more than a million workers left their lands and came to Brazil in search of survival conditions, fleeing economic recessions, political conflicts over territories or even natural catastrophes. Faced with this expressive migratory flow, there are weaknesses in public policies to promote reception, living and working conditions. In this sense, we locate the performance of social movements in the struggle to guarantee social insertion and basic rights, as well as the promotion of intercultural relations that are necessary in the fight against racism and xenophobia. Non-formal education, with the teaching of the Portuguese language and rights, appears as an important instrument of reception.

KEYWORDS: Contemporary migration; non-formal education; educational practices.

INTRODUÇÃO

Na última década, mais de um milhão de trabalhadoras saíram de suas terras e vieram para o Brasil em busca de melhores condições

de sobrevivência. Muitos estão fugindo de recessões econômicas, conflitos políticos por territórios ou mesmo catástrofes naturais. Observamos que a crise política e humanitária na Venezuela e no Haiti trazem presença significativa de solicitantes de refúgio desses países.

O tema da migração suscita variados interesses de análise, pois é um fenômeno que marca as sociedades e suas relações. É possível encontrar investigações acerca do tema com perspectivas variadas. Algumas análises partem da geografia, mostrando quais são os movimentos migratórios. Outras, debatem o campo do direito e a legislação que contempla os imigrantes. Falar do fenômeno da migração é também expor vidas, humanidades e desumanidades. Estudamos¹ o binômio educação-migração, situando os processos educacionais dentro do terreno mais amplo, considerando aspectos políticos, econômicos e culturais. Ou seja, considerando educação não como sinônimo de escolarização, mas como processos e práticas de construção de saberes assentados nas realidades sociopolíticas, subjetivas e históricas das pessoas envolvidas (WALSH, 1991).

Por quantidade de pessoas ao longo da década temos uma presença marcante de haitianos, bolivianos, e venezuelanos. Colombianos, argentinos, chineses, portugueses e peruanos, também se fizeram presentes. A partir da crise política na Venezuela temos um maior número de imigrantes desta nacionalidade, o que pode ser confirmado pelos dados percentuais consolidados do ano de 2018. Verificamos que nesse ano, do percentual de imigrantes que acessaram o Brasil temos 39% de venezuelanos; 14,7% de haitianos; 7,7% de colombianos; 6,8% de bolivianos e 6,7% de uruguaios.

Em todos esses processos a busca por trabalho é associada à necessidade de conhecimento da cultura, da língua, da geografia, de direitos humanos e de profissões específicas. Desrosiers (2020, p. 182) explica que a migração contemporânea, do ponto de vista teórico, pode ser entendida como uma migração de crise. Este conceito é usado quando o motivo para a migração está nas condições socioeconômicas e humanitárias do próprio local de origem, com um sentido de uma “emigração forçada”.

Diante desta característica da migração contemporânea e de debilidades de políticas públicas, organizações sociais se organizam para acolher e aprender com os imigrantes. Em nossa pesquisa de mestrado, pudemos observar a atuação de três organizações: o Cio da Terra Imigrantes, a União Social dos Imigrantes Haitianos e o Serviço Jesuíta de Apoio aos Imigrantes. Mostramos neste trabalho como tais organizações se mobilizam no terreno educativo, tendo como motivação a solidariedade de classes. Mostramos ainda as características e potencialidades da educação não formal promovida por essas organizações.

1 Pesquisa de mestrado intitulada “Estratégias Pedagógicas e Intencionalidade Política no Ensino de Imigrantes: Narrativas de Educadores”, orientada pela Prof^a. Dra. Karla Cunha Pádua, no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação e Formação Humana, da Universidade do Estado de Minas Gerais – PPG EUMG

MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS IMIGRANTES NO BRASIL

De 2011 a 2019 foram registrados no Brasil 1.085.673 (um milhão, oitenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três) imigrantes, considerando todos os amparos legais. Deste total 660 mil permaneceram no país por mais de um ano e destes destacam-se pessoas oriundas da América Latina, especialmente haitianos e venezuelanos (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2020). Vemos que a crise econômica internacional iniciada em 2007 nos Estados Unidos introduziu maior complexidade ao fenômeno migratório latino-americano, ao incrementar a mobilidade humana no cenário sul-sul.

Fatores conjunturais foram determinantes para o aumento e consolidação da imigração proveniente do Sul Global no Brasil no início da década. Primeiro, sendo os EUA o epicentro da crise econômica, novos eixos tiveram de ser introduzidos como opção. Em segundo lugar, o reposicionamento geopolítico do país, impulsionado pelo desenvolvimento econômico e social, fez crer que havia um território da bonança na América Latina. Em terceiro lugar, a imagem do país como emergente, participante dos BRICS e organizando grandes eventos mundiais como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (CAVALCANTI&OLIVEIRA, 2016).

Esses eventos aqueceram vários setores produtivos em todas as regiões do país, como a construção civil e serviços, incorporado facilmente a mão de obra que migrava por trabalho. Do ponto de vista legal, mesmo com um marco legal anacrônico até o ano de 2017, o país conseguiu estabelecer dispositivos de gestão da política humanitária permitindo que os imigrantes tivessem os documentos necessários para o ingresso no mercado de trabalho brasileiro.

Associado aos elementos elencados acima, podemos destacar a questão cambial, que é de grande importância e, por vezes, determinante para a população que buscava subsistir em território brasileiro no período destacado. A valorização do real em relação ao dólar, possibilitava que os imigrantes tivessem reservas para o seu projeto de vida. De 2010 a 2014 o dólar não superou a barreira dos três reais, com balanços anuais abaixo dos dois reais, como em 2010 (R\$1,76), 2011 (R\$1,68) e 2012 (R\$1,96) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020). E, se o movimento migratório contemporâneo é constituído de homens e mulheres em idade laboral, chegando a aproximadamente 74% do total de imigrantes que saem das suas terras e precisam de trabalho (UN DESA, 2019), considerar os fatores econômicos nos ajuda na compreensão da complexidade deste fenômeno.

Essas condições econômicas ganham crucial relevância para explicar a imigração contemporânea. Para Rodrigues et al (2014) o país exportador de mão de obra ganha, não só com a entrada de remessas de valores enviados pelos imigrantes (movimentando sua economia), como aumenta a empregabilidade daqueles que não emigram. Para os países receptores, embora sempre coloquem em evidência os problemas sociais

gerados pela imigração, são os que mais ganham, pois recebem uma mão de obra pronta a ser empregada, mesmo com pouca ou nenhuma qualificação, já que os imigrantes impossibilitados de escolha tendem a se sujeitar a qualquer tipo de trabalho.

Assim, o movimento migratório faria parte de uma estratégia do capital, de aumentar a exploração, ao passo que aumenta o exército de reserva (MARX, 2008), o que pode ser uma das explicações para a ineficácia de recepção e inserção dos imigrantes na economia do país receptor. Mesmo os trabalhadores qualificados que migram, em geral são àqueles que pedem refúgio, não são “bem-vistos” no país receptor. Já aqueles trabalhadores que precisam se qualificar vivenciam o vazio de políticas públicas para garantir qualidade de vida e emprego digno no país aonde chegam.

Para elucidar a relação emprego, renda e escolaridade dos imigrantes, lançamos mão de pesquisa na base de dados oficial do antigo Ministério do Trabalho, hoje Ministério da economia. Os dados consolidados da RAIS-CTPS-CAGED pelo período de 2012 a 2019 mostram que o setor com mais admissões de imigrantes foi o de frigoríficos, seguido de construção de edifícios, restaurantes e comércio varejista. São setores com remunerações baixas, que exigem menor qualificação. Vemos que o total de imigrantes no mercado de trabalho formal passou de 55,1 mil, em 2010, para 147,7 mil em 2019. Contudo, é importante analisar o grau de instrução desses trabalhadores. Do total de 147,7 mil; 62,3 mil com ensino médio completo; 4,3 mil com ensino superior incompleto e 37,4 mil com ensino superior completo ou acima. Vemos que a maioria possui instrução escolar elevada. Somente 19,5 mil constam sem instrução ou fundamental incompleto; 14,1 mil com ensino fundamental incompleto; 10,3 mil com ensino médio incompleto (BRASIL, 2020).

Por esses dados vemos que mais de 70% dos imigrantes que vivem no Brasil na atualidade e que estão empregados no mercado formal, possuem grau de instrução superior ou ensino médio completo. Importante perceber que mesmo com grau de instrução acima da média da população brasileira esses trabalhadores estão incorporados em funções que exigem menor qualificação e onde as remunerações são baixas – em média dois salários-mínimos. Ao considerar àqueles que estão no mercado informal vemos situação ainda mais alarmante, quanto a renda e condições de trabalho.

Ora, além deste aspecto que trata da exploração da força de trabalho do imigrante, temos que colocar em alta conta a dimensão cultural. O cotidiano do migrante no país receptor é marcado por um constante conflito de identidade, ou seja, é necessário um “esquecimento” de seus hábitos culturais, de valores pessoais, sociais e políticos (RODRIGUES et al, 2014, p. 229). Eles precisam adquirir nova orientação espacial, cultural e de relações que envolvam a busca pela subsistência. Por essa razão buscam se acomodar próximos de seus pares, construindo moradias na mesma região na tentativa constante de manutenção dos vínculos culturais.

MOVIMENTOS SOCIAIS EM AÇÃO: PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA ALÉM DA EDUCAÇÃO

Todos os elementos levantados acima, que nos causam preocupação, indignação e revolta, são combustíveis para mobilizar ações organizadas de movimentos sociais. Mapeamos, acompanhamos e vivenciamos inúmeras formas de intervenções que buscam inserção dos trabalhadores imigrantes para alcançar dignidade e melhores condições. Uma das autoras deste trabalho pôde participar como professora de turmas de qualificação profissional para imigrantes haitianos, que ingressando nas indústrias da construção civil, precisavam saber como exercer a profissão no Brasil. Como militante, esta pesquisadora acompanhou diversos movimentos que realizam palestras para dizer da legislação trabalhista no solo brasileiro, ensinam a língua portuguesa ou a geografia, reforçam a convivência entre povos e combatem a xenofobia tão presente na atual conjuntura.

Um exemplo importante de acolhida vem do coletivo Cio da Terra, que atua na região metropolitana de BH. Em sua apresentação nas redes sociais as coordenadoras do movimento afirmam que buscam promover a equidade de gênero; a garantia ao acesso a direitos dos imigrantes; fortalecer o trabalho de mulheres migrantes e auxiliar na inserção laboral; contribuir para a construção de políticas públicas para os imigrantes, valorizar as diferenças culturais e propiciar trocas interculturais. Para cumprir esses objetivos, o coletivo realiza visitas domiciliares e acompanhamento social bilingue; atividades para geração de renda; atividades culturais; formação sociopolítica, como palestras e rodas de conversas e aulas de idiomas para mulheres imigrantes. Aqui vemos que a educação e formação humana é compreendida para além do sistema educativo. Como afirma Walsh (2009), é uma pedagogia que vai além da transmissão do saber, e se coloca como processo e prática sociopolíticos produtivos e transformadores assentados nas realidades, subjetividades, histórias e lutas das pessoas.

Experiências como a da “Missão Paz”, entidade coordenada por religiosos, com atuação em São Paulo – SP nos diz muito sobre a solidariedade entre povos. Esta instituição é referência no acolhimento de imigrantes e refugiados no Brasil, pois realiza ações de apoio a documentação, promoção de debates públicos, mediação com empregadores para contratação de imigrantes, qualificação profissional e aulas para ajudar os imigrantes a lidar com dificuldades linguísticas ou de tecnologia. As aulas ou palestras são realizadas por educadores voluntários (BAENINGER et al, 2020).

O movimento sindical também tem se mobilizado para acolher e organizar trabalhadores imigrantes. Participamos da experiência conduzida pela EPOMG – Escola Popular Oricilio Martins Gonçalves. Essa escola de educação não formal foi criada na década de 1990 por movimentos sociais com destaque o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de BH e região. Por mais de 20 anos foram oferecidos cursos noturnos de alfabetização, ensino fundamental e leitura e interpretação de projetos arquitetônicos.

O público era composto por operários da construção civil com idade entre 30 a 65 anos, com predominância do público masculino. Com a chegada em massa de haitianos para trabalhar nas indústrias da construção civil de Belo Horizonte no ano de 2010, a Escola organizou turmas de ensino de português onde as palavras e termos ensinados partiam da prática dos operários nas obras, ou seja, os movimentos de ensino tinham como mote a prática social dos envolvidos. Uma das autoras pôde experimentar esse ambiente de troca de saberes, respeito e admiração pela cultura do outro e como afirma Pádua (2020, p.173), as trocas entre os próprios estudantes e entre eles e os formadores podem ser ainda mais estimulantes na formação, marcando a potencialidade das relações e da interculturalidade na aprendizagem.

Outra importante iniciativa foi a criação da União Social dos Imigrantes Haitianos (U.S.I.H). Esta organização tem por objetivo oferecer serviços sociais em âmbito nacional (Brasil) e internacional (Haiti), aos Imigrantes Haitianos em São Paulo. Fundada em 2014, é coordenada pelos próprios imigrantes haitianos. A associação acolhe os haitianos para que tenham melhores condições de vida e busca colaborar na prestação de serviços para minimizar os problemas enfrentados por eles nos mais diferentes espaços. Oferecem ainda, formação profissionalizante, assim como cursos de idioma (português e outros), e propõe uma integração fundamentada na promoção de uma vida digna para todos os imigrantes haitianos em colaboração com organizações da sociedade brasileira.

As instituições religiosas também se destacam na acolhida aos imigrantes no Brasil. O Serviço Jesuíta de Apoio a Migrantes e Refugiados, por exemplo, atua em território nacional e tem um de seus pontos de trabalho em Belo Horizonte/Minas Gerais, desde o ano de 2014. A atuação inicial do Serviço Jesuíta em Belo Horizonte se deu com os Haitianos e por isso denominaram este polo como Centro ZANMI. A denominação significa AMIGOS em crioulo haitiano, e segundo a organização quer expressar experiência, método e programa. Atualmente a organização participa de redes a nível local, nacional e internacional, com diversas entidades públicas e privadas. Organiza equipes de trabalho em diversas áreas sociais, culturais, de ensino e promoção de pesquisa com a temática migratória. Realiza acolhimento a imigrantes e propõe o ensino e diálogo intercultural entre diferentes nacionalidades.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: APRENDIZAGENS DE HABILIDADES TÉCNICAS E POLÍTICAS

Em todas as organizações mencionadas, vemos que a educação não-formal tem sido espaço promissor para a construção de relações interculturais entre imigrantes e educadores brasileiros. Este modelo educativo pode ser caracterizado como um processo de múltiplas dimensões, que pode ir desde a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e o desenvolvimento de potencialidades; a

aprendizagem política dos indivíduos enquanto cidadãos ou mesmo de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários. O mote para acontecer esses processos educativos é a necessidade de solução de problemas coletivos cotidianos e os conteúdos tendem a possibilitar que os indivíduos façam uma leitura do mundo a partir do que se passa ao seu redor (GONH, 2006, p.28).

Quando modificações acontecem na economia e no mundo do trabalho, a partir da década de 90, o conceito de educação se amplia. Passam a ganhar espaço as organizações não governamentais, que trazem para o debate público uma nova visão de educação. Neste cenário tem destaque as demandas da educação para o trabalho, diante do alto índice de desemprego. Reciclagens, aperfeiçoamentos especializações não se situam apenas no âmbito da educação formal (GOHN, 2011). Sindicatos, por exemplo, modificam suas rotinas para atuar na educação. Apesar dos limites, este momento histórico contribuiu para o reconhecimento da educação não formal.

Ao longo dos últimos anos, o desenvolvimento de ações neste terreno consolida o conceito e as práticas deste modelo de educação. Gohn (2011, p. 106) considera que a educação não formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência. Dois deles dizem respeito às aprendizagens políticas que este tipo de educação fomenta. Trata-se do conhecimento sobre os direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, principalmente àqueles que dão nas participações de atividades em grupos, promovendo conscientização para a compreensão das necessidades individuais e coletivas. Os outros campos, se referem as ações que capacitam os indivíduos para o trabalho, por meio de aprendizagens de habilidades técnicas e de conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados.

A aprendizagem política dos direitos, associada a participação em espaços de debates que tenham como pauta a temática migratória, são aspectos presentes em todas as organizações. Assim como, o debate interno é combinado com o ensino dos direitos dos imigrantes para a sociedade, o que pressiona por políticas públicas. Vimos isto, por exemplo, quando o Coletivo Cio da Terra se mobiliza para que as imigrantes conheçam os direitos de acesso a saúde no Brasil.

Arroyo (2011, p. 25) traz contribuições acerca dos processos educativos no ensino não formal. Para ele, nessa modalidade de ensino tende a estar presente metodologias e práticas que elencam conteúdos buscando um currículo libertador. Sobretudo, porque está presente “formas concretas de socialização, de aprendizado, de formação e deformação a que estão submetidos os educandos.” Este modelo, fomentado por movimentos sociais, procura aplicar a interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica, questionando continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e padrões de poder. A proposta é buscar o desenvolvimento e criação de compreensões e condições que não só articulam e fazem dialogar com as diferenças num marco de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito (WALSH, 2009, P.25).

No processo de investigação de experiências como a das organizações pesquisadas, encontramos concepções pedagógicas que norteiam a prática e que podem contribuir com a consolidação de conceitos, experiências e metodologias que inclusive podem ajudar a repensar a educação formal e torná-la mais significativa. Ou seja, podemos extrair aprendizados a partir de uma prática de acolhida que já está em andamento. Importante destacar, que as estratégias pedagógicas que um ou outro educador adota, em experiências como essas, tem dimensão coletiva.

Neste processo complexo e de grandes desafios temos relatos animadores de experiências vindas da escola formal. Vejamos com o CIEJA- Perus – Escola de EJA localizada no distrito de Perus, na região metropolitana de São Paulo, nos diz muito sobre as possibilidades de convivência e aprendizagem entre povos. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do CIEJA- Perus (2020), desde 2016, a unidade tem uma forte presença enquanto instituição de apoio ao imigrante. Essa escola passou a ser muito procurada, por ser uma instituição próxima a uma comunidade haitiana, que se localiza no distrito de Perus. Atualmente, os imigrantes correspondem a mais de 500 alunos matriculados. A fim de evitar a exclusão desses alunos e tornar o ambiente escolar mais próximo da necessidade dos imigrantes, a instituição reorganizou o currículo e a organização escolar com o objetivo de acolher e aumentar a interação entre os estudantes com os brasileiros. Assim, tais alunos tem mais aulas de português e outros temas relacionados ao Brasil (FIALHO; BUSICO, 2019). A escola também oferece espaço para oficinas em que os alunos haitianos ensinem sua língua e cultura para a comunidade escolar. Para os imigrantes ela é percebida como um importante ponto de encontro da comunidade, como cita seu Projeto Político Pedagógico (PPP, 2020).

Gomes (2012) nos convida a pesquisar como tem acontecido a descolonização de currículos na educação brasileira. Buscar compreender as concepções pedagógicas que orientam os educadores de imigrantes pode ser já um passo nessa direção. Isso porque, os imigrantes que chegaram ao Brasil no período recente são parte de uma realidade tensa e conflituosa, a exemplo os venezuelanos. Os noticiários nos lembram com frequência as condições de penúria dos nossos vizinhos latinos em sua terra natal e mesmo quando acessam o mercado de trabalho brasileiro se deparam com condições desumanas de trabalho. Sendo assim, já é parte da nossa realidade e vivência a acolhida aos imigrantes e precisamos (re)significar essas experiências.

Por tudo isso, pensamos a educação de imigrantes adultos, nos dias de hoje, como um processo complexo de construção de saberes, indo para além da escolarização formal. Estamos cientes que o processo de escolarização formal tem uma dimensão importante na vida do imigrante. É por ela, que é possível validar diplomas, participar de processos de certificação ou mesmo qualificação profissional. São direitos que tem se consolidado e em várias regiões do país a estrutura escolar se reinventou para acolher os imigrantes e fazer valer seus direitos. Contudo, algumas dificuldades ainda seguem por ser enfrentadas, como

a equivalência nos sistemas de ensino, que causam grandes transtornos aos imigrantes e se sobrepõe a direitos previstos (SIMAI; BAENINGER, 2012).

Na observação da atuação dos movimentos sociais mencionados, percebemos que para além de práticas educativas, toda motivação é assentada na solidariedade de classes. Além das ações serem assentadas em teorias, há consciência destas teorias e relação deste saber na prática. As ações de ensino desenvolvidas são carregadas de posicionamento político, confirmando que “quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a política da educação” (FREIRE, 1983, p.27). Tais ações transformadoras promovem mudanças para a vida dos imigrantes, pressionando políticas públicas e conscientizando a sociedade.

SOLIDARIEDADE DE CLASSES COMO MOTOR DAS AÇÕES

Diante da multiplicidade de organizações e bandeiras, a escolha dos sujeitos da pesquisa de mestrado desenvolvida, foi por movimentos sociais que defendem as classes populares, e que colocam os processos educativos com os imigrantes a serviço da transformação da sociedade. Esse recorte parte da compreensão de Arroyo (2011, p.38), para quem a essência dos movimentos sociais tradicionais é a luta por sobrevivência digna, por emancipação. Os movimentos tradicionais, segundo ele, nos remetem ao perene da condição humana, a terra, o lugar, o trabalho, a moradia, a sobrevivência, a identidade e diversidade de classe, idade, raça ou gênero; mobilizando por direitos básicos como terra, moradia e trabalho. Alguns dos movimentos da atualidade associam esta essência dos movimentos tradicionais com as pautas específicas.

Tem sua importância os grupos que se colocam como espaços para reflexão e partilha de experiências, como os coletivos temáticos, igrejas, ONGs, associações, instituições de ensino e outros. Com o advento da tecnologia ganharam destaque os grupos formados no WhatsApp, Facebook e outras redes sociais. Embora com características e formas de atuação diferentes, são lugares importantes que promovem encontros e reflexões. Corroboramos sobre o que diz Gohn (2012, p.11): “ao falarmos no campo do associativismo brasileiro atual, temos que usar o plural, porque não há um modelo ou uma forma hegemônica. Há uma pluralidade de formas”. Identificamos essa diversidade nos movimentos pesquisados.

Levando em conta essas considerações é interessante observar, ainda, que apesar de diversos e com objetivos distintos, os movimentos pesquisados que atuam pela causa migrante, além de lutarem pela garantia de direitos para essa população, operam, também, como espaços de fortalecimento de vínculos afetivos. Eles se colocam como agentes de mobilização e pressão por mudanças sociais. Atuam para a transformação de um quadro histórico de descaso e injustiças com as classes populares.

Podemos ver, que além de compreender o ensino como algo fundamental para

que os imigrantes se estabeleçam no Brasil, há um conjunto de ações que contribuem para amenizar os sofrimentos que passam fora da sua terra natal. Gohn (1988) denomina os movimentos sociais como atores históricos que aparecem diante do cenário de desigualdades, como sustenta a autora:

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre do lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN, 1988, P.71).

As migrações contemporâneas fizeram surgir os novos atores que apresentamos. A aproximação com os movimentos e entrevistados me levou a perceber que suas práticas são intrinsicamente ligadas a intencionalidade política. Todos são movidos por princípios, em que o objetivo central é a busca por uma sociedade mais justa, onde as migrações possam ser direito de todos e a acolhida um pressuposto básico.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender com os movimentos sociais. In. NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz; MIRANDA, Shirley Aparecida de (Orgs.). **Miguel González Arroyo: educador em diálogo com nosso tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BAENINGER, R.; VEDOVATO, L.R; NANDY, Shailen, **Migrações internacionais e pandemia de Covid-19**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/miginternacional/miginternacional.pdf> Acesso em: 10/08/2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>. Acesso em 22 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, DF, 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; A caminho da conclusão. Meia década de novos fluxos migratórios no Brasil . **Série Migrações - Ministério do Trabalho**, v. 1, p. 142-146, 2016, Brasília 2016.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020

DESROSIERS, Ismane. A Luta pelo Espaço: a Situação dos Imigrantes Haitianos no Centro de São Paulo. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, V. 10, N.2, p. 185-203, 2020

FIALHO, C. M.C.; BUSICO, F. O Haiti é aqui... em Perus!: a integração de diferentes povos por meio da festa. In: EM CONTATO: COMUNIDADES, CULTURA E ENGAJAMENTO, 1., 2019, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Sem Editora, 2019. p. 28-34. Disponível em: <http://www.museudaimigracao.org.br/uploads/portal/avulso/arquivos/em-contato-pt-finalrev3-compressed-compressed-06-03-2020-13-25.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, mar. 2006.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 8ª edição, São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Participação e gestão no urbano. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.26, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, p. 98-109, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PÁDUA, Karla Cunha. **A formação intercultural em narrativas de professores/as indígenas: um estudo na Aldeia Muã Mimatxi**, Curitiba: Brazil Publishing, 2020

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos de Perus. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria Regional de Educação Pirituba Jaraguá. São Paulo, SP. 2020. 34 p.

RODRIGUES, L. M. O.; SOARES, C. de F. e; MIYAHIRA, E.; CUNHA, M.; MOLINARI, S. G. S. Migração contemporânea e educação. **Cadernos CERU**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 225-240, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/89164>. Acesso em: 26 fev. 2021.

SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T. da. (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIMAI, S.; BAENINGER, R. Discurso, negação e preconceito: bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, R. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009

_____. **Pedagogy and the Struggle for Voice. Issues of Language, Power, and Schooling for Puerto Ricans**. NY: Bergin and Garvey, 1991.

UN DESA, Department of Economic and Social Affairs. **International Migrant Stock 2019:Country Profile**. Disponível em: . Acesso em 24 de junho de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 10, 31, 80, 156, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 242, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 281

Alfabetização matemática 249, 250, 251, 252, 255, 256, 258, 260

Aprendizagem 19, 20, 25, 32, 33, 34, 38, 39, 43, 47, 50, 51, 58, 61, 65, 71, 74, 77, 78, 79, 80, 98, 101, 107, 108, 109, 110, 116, 126, 127, 128, 156, 157, 160, 172, 179, 190, 201, 202, 203, 205, 206, 213, 215, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 254, 256, 257, 262, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 277, 278, 279

Atendimento pedagógico hospitalar 262

Avaliação 8, 12, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 94, 98, 102, 104, 119, 120, 134, 152, 163, 166, 174, 199, 228, 229, 231, 238, 241, 265, 276, 277, 279

B

Banco Mundial 12, 13, 14, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 40, 42, 142, 143

Base Nacional Comum Curricular 38, 39, 52, 168, 179, 206, 224

C

CACS 82, 83, 86, 87, 88, 89, 91

Coerência 18, 65, 77, 116, 208, 209, 211, 212, 213, 217, 218, 220, 222, 223, 224

Coesão 145, 208, 209, 211, 212, 213, 215, 217, 218, 222, 223, 224

Concepção de história 181, 183, 184

Conhecer 4, 50, 56, 59, 77, 78, 124, 170, 173, 228, 231, 265, 275

Conhecimento 4, 7, 8, 13, 19, 20, 28, 33, 42, 43, 44, 47, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 88, 98, 101, 102, 108, 109, 113, 114, 116, 129, 132, 136, 146, 156, 157, 161, 165, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 180, 186, 199, 202, 203, 206, 210, 216, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 244, 253, 254, 255, 256, 259, 264, 266, 270, 274, 277, 279

Contemporaneidade 40, 42, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 168, 169, 170, 172, 175, 178, 179, 224

Councils 82, 83

D

Desafios docentes 93, 95

Desafios sociais 112

Design 78, 223, 243, 244, 245, 248

Dificuldades 31, 34, 47, 86, 107, 123, 126, 155, 224, 226, 228, 231, 254, 258, 259, 263, 270

Docência 123, 125, 127, 155, 167, 168, 170, 172, 254, 260, 274, 275, 279, 281

E

Educação 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 143, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 224, 226, 227, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 248, 249, 250, 253, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

Educação à distância 233

Educação básica 15, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 47, 51, 52, 85, 87, 91, 92, 123, 126, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 149, 190, 201, 230, 232, 250, 259, 260, 272, 274, 279, 281

Educação de surdos 151, 152, 154, 156, 157, 158

Educação infantil 25, 41, 43, 45, 53, 54, 56, 60, 61, 62, 133, 134, 155, 158, 161, 168, 169, 171, 174, 175, 177, 179, 266

Educação Matemática 201, 202, 205, 206, 207, 244, 248, 249, 259, 281

Educação não formal 27, 28, 31, 32, 33, 98

Educação virtual 233

Ensino 12, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 69, 70, 71, 76, 78, 82, 83, 91, 95, 98, 102, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 190, 194, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 266, 267, 276, 277, 279, 281

Ensino fundamental 21, 22, 30, 31, 41, 45, 46, 47, 53, 133, 135, 155, 158, 208, 209, 210, 224, 226, 227, 229, 230, 232, 245, 246, 249, 250, 257, 266

Ensino remoto 199, 226, 227, 228, 232

Escuta pedagógica 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 110

F

Fazer docente 98, 168, 169, 172, 174, 179

Formação cidadã 51, 129, 130, 135, 136

Formação continuada 60, 96, 97, 167, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 190, 204, 249, 250, 252, 254, 255, 258, 259, 260, 279

Formação de professores 100, 103, 106, 111, 112, 116, 117, 120, 121, 157, 158, 160, 179, 180, 191, 199, 205, 260, 281

Formação em serviço 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 110

Funções de apoio 274

G

Gêneros do jornal 208, 214, 224

GeoGebra 204, 243, 244, 245, 246, 248

Gestão do conhecimento 44, 63, 64, 65, 72, 74, 75, 274

Gestão escolar 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 90, 175, 280, 281

Grounded theory 249, 250, 261

H

História da educação 129, 152, 156, 157, 167, 205, 207

I

Inspetor escolar 274, 277, 278

Intervenção didática 208, 218, 219, 223

L

Legislação educacional 12, 21, 229

Lúdico 255, 262, 264, 267, 268, 269

M

Migração contemporânea 27, 28, 29, 37

N

Neoliberalismo 1, 2, 8, 40, 53, 87, 103, 110, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 147, 148, 149

O

Objetivos 5, 18, 20, 21, 31, 33, 35, 43, 47, 50, 64, 66, 67, 71, 72, 96, 117, 123, 125, 126, 127, 140, 143, 144, 146, 147, 151, 154, 155, 161, 164, 176, 177, 179, 233, 235, 241, 243, 244, 255, 256, 257, 265, 275, 276

Objeto matemático 243, 244

P

PIBID 123, 124, 125, 126, 127, 128, 281

Política educacional 20, 26, 53, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 145, 161, 165

Políticas públicas 12, 23, 27, 28, 30, 31, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 45, 48, 53, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 102, 104, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 146, 151, 152, 153, 154, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 199, 233, 236

Prática docente 38, 39, 48, 49, 50, 58, 108, 124, 171, 178, 226, 227, 231

Práticas educativas 27, 31, 35, 78, 230

Projetos 13, 16, 21, 22, 23, 24, 31, 69, 77, 78, 79, 80, 98, 110, 133, 144, 145, 147, 148, 201, 202, 205, 237, 238, 239

Public education 82, 83, 152, 169

R

Refletir 10, 16, 77, 78, 96, 98, 103, 112, 118, 120, 128, 154, 208, 213, 227, 231, 249, 252, 253, 254

Relatos 34, 79, 108, 110, 123, 175, 209, 252, 258

S

Síndrome comportamentalista 1, 2, 3, 4, 10

T

Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) 169, 201, 202, 205

Teoria positivista-funcionalista 181

Trabalho pedagógico 55, 56, 226, 228, 229, 231, 253, 255, 260, 262, 264

Transposição didática 123, 126

U

Universidade 12, 17, 18, 25, 27, 28, 37, 75, 77, 78, 82, 93, 94, 95, 98, 100, 106, 112, 121, 129, 145, 151, 152, 154, 155, 162, 164, 165, 167, 178, 179, 187, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 207, 209, 224, 226, 234, 248, 249, 266, 273, 274, 281



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina



Educação:

Avaliação e políticas públicas no
Brasil e na América Latina